



Programa Preliminar

ESCOLA DE CASCAIS

CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA A ELABORAÇÃO
DO PROJETO DA ESCOLA DE CASCAIS

ENCOA
OMES
NDARS

Promotor

CASCAIS

Assessoria Técnica



Índice

1. PREÂMBULO	2
2. SÍNTESE HISTÓRICA DO LOCAL	3
3. ÁREA DE INTERVENÇÃO	6
4. OBJETIVOS	11
5. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO	13
6. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	16
7. CONDICIONANTES	23
8. CUSTO DE OBRA	23
9. ANEXOS AO PROGRAMA PRELIMINAR	24

1. PREÂMBULO

O concurso de conceção do Projeto Escola de Cascais é uma iniciativa do Município de Cascais.

As escolas devem ser um elemento estratégico na construção de uma cultura de aquisição e de divulgação de conhecimento e é importante recentrá-las nas cidades. Devem ainda constituir-se como um espaço integrado de incentivo à aprendizagem ao longo da vida, suportado em ambientes adequados, confortáveis e estimulantes, que favoreçam atitudes, comportamentos e desempenho educativo daqueles que o utilizam (alunos, docentes, funcionários e encarregados de educação), promovendo e influenciando o diálogo e a comunicação entre todos.

A Escola Secundária de Cascais encontra-se em instalações provisórias há mais de 40 anos, tendo sido inaugurada em maio de 1975. Em 2010 esteve incluída no *Programa de Modernização do Parque Escolar* destinado ao Ensino Secundário, promovido pelo governo. Neste âmbito, foi realizado um concurso público de projeto para uma nova escola que, no entanto, não teve sequência - a escola permaneceu sem obra e com a construção dos anos 70.

Face à contínua degradação do edificado, sem que houvesse perspetiva de investimento por parte do Ministério da Educação, entidade que tem a responsabilidade dos estabelecimentos escolares do ensino secundário, o Município de Cascais, no âmbito da Carta Educativa do Concelho de Cascais aprovada em 2018, iniciou um processo negocial com aquele Ministério para celebrar um Acordo global de requalificação dos estabelecimentos de ensino básico (2º/3º ciclo) e secundário do concelho. Este Acordo foi celebrado em 19 de julho de 2019, com um investimento municipal total estimado de 40 milhões de euros na requalificação de 11 estabelecimentos de ensino, mas define como primeira prioridade a construção da nova Escola de Cascais.

Em 2019, a resolução deste problema quadragenário é assim assumida pelo Município de Cascais, e alargada a ambição: para além de uma construção renovada, pretende-se um programa educativo contemporâneo com as respetivas valências, bem como uma alteração de programa funcional para abranger também o ensino básico.

A nova construção deve constituir-se como elemento estruturante do espaço público envolvente, com uma imagem arquitetónica bem identificada e que alcance um impacto público positivo.

Conhecedor desta realidade, o Município de Cascais, com a assessoria da Ordem dos Arquitetos – Secção Regional Sul, propõe-se desenvolver um concurso público para a elaboração do Projeto Escola de Cascais. É vontade da C.M. Cascais que este projeto venha a ser uma referência de boas práticas no panorama arquitetónico contemporâneo.

2. SÍNTESE HISTÓRICA DO LOCAL

A área em questão localiza-se no “coração” do Bairro do Rosário, uma zona com forte carácter residencial.

O Bairro do Rosário, situado a poente da Ribeira dos Mochos, foi iniciado em 1958, tendo o seu alargamento urbanístico prosseguido até 1965. Este desenvolvimento fez parte de uma política concertada da Câmara Municipal de Cascais, iniciada na década de 50 do século XX, que previa a construção de bairros habitacionais para classes sociais menos abastadas.

As áreas a nascente são marcadas por habitações unifamiliares, muitas delas construídas na década de 60/70 do século XX.

A noroeste encontra-se o terreno da antiga Praça de Touros de Cascais.

A atual Escola Secundária de Cascais, foi inaugurada a 16 de Janeiro de 1975 e inclui uma pequena área de pinhal que sobreviveu ao desenvolvimento urbano já referido.

Lugar do Rosário (‘Rozario’)

O Padre Marçal da Silveira, em 1758, na Memória Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção¹ refere-se ao Rosário, anotando que «*Há, mais imediata à Vila fora dos seus muros, nesta freguesia, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que foi recolhimento de Beatas [...] começando por Ermida somente por uma Capela Mor e uma sacristia*» e que esta sofrera estragos com o terramoto de 1755, passando a respetiva irmandade para a Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos, igualmente localizada fora dos muros da vila.

HENRIQUES, João Miguel - *Cascais em 1755: do terramoto à reconstrução*. Cascais: Câmara Municipal, 2005, p. 142-151

A análise de algumas cartas militares e do *Plano Hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa*, datado de 1857, permite-nos assumir que o terreno onde se encontra a área a intervencionar terá sido, desde sempre, área de cultivo e/ou mata, não se encontrando qualquer sinal de edificação até meados do século XX, conforme se pode atestar pelo extrato do referido plano, que se apresenta de seguida.



Imagem 1. [extrato] Plano Hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa, datado de 1857

Terreno da Antiga Praça de Touros

O local encontra-se situado junto aos terrenos que albergaram, até 2006, a Praça de Touros de Cascais.

Cascais, até ao final do século XX, teve uma ligação bastante forte às práticas taurinas, especialmente desde finais do século XIX e meados do século XX. Para tal foram construídas, ao longo dos anos, várias praças e redondéis.

Em 1959 foi cedido um terreno à Santa Casa da Misericórdia de Cascais para a construção de uma nova praça de touros no Bairro do Rosário, que veio a ser inaugurada a 15 de agosto de 1963. Já em 1967 passou a ser explorada pela Santa Casa da Misericórdia e entregue ao empresário Diodoro Canora Cuqero². Em 1999, a Santa Casa da Misericórdia vendeu-a, vindo a ser demolida em 2006.

² ANDRADE, Ferreira - *Monografia de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 1969, p. 178

Fotografias



Imagem 2: Fotografia Bairro do Rosário, Cascais. À esquerda, a Praça de Touros. Década de 1960 [AHMC]



Imagem 3: Fotografia de vista aérea de Cascais, vendo-se à esquerda a Praça de Touros. 1969 [AHMC]



Imagem 4: Fotografia Bairro do Rosário, em Cascais. Ao fundo, Praça de Touros. Cerca de 1970 [AHMC]

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO



Imagem 5: Localização da intervenção, escala territorial (ortofotomapa).

A área de intervenção encontra-se situada no núcleo da Vila de Cascais, União das Freguesias de Cascais e Estoril do Concelho de Cascais. Esta freguesia conta com 29,16 km² de área e 61 808 habitantes (2011).

A área de intervenção corresponde a uma parcela de terreno com cerca de 37.250 m². Trata-se da área onde está localizada a atual Escola Secundária de Cascais, que será demolida e reconstruída, abrangendo também o adjacente parque de estacionamento a nascente.



Esta área encontra-se enquadrada na UOPG 7 – Litoral Poente, prevista no PDM Cascais. Segundo a classificação e qualificação do solo do PDM, a área de intervenção situa-se em Solo Urbanizado, Espaço Residencial.

Acessos

A rede viária local tem como eixo principal a Avenida Infante Dom Henrique, a partir da qual se liga a Avenida Pedro Álvares Cabral, que distribui para a área de intervenção.

O troço inicial da Avenida Pedro Álvares Cabral é servido por transportes públicos rodoviários e inclui um ponto de paragem em cada sentido viário.

A parte sul da área de intervenção é constituída por percursos públicos viários e pedonais dispersos (Rua Guilherme Salgado e acesso pedonal à Rua Pedro de Barcelos), que o projeto deverá garantir, tendo oportunidade de os rematar de acordo com o novo contexto proposto.

O parque infantil público existente nesta área será preferencialmente mantido.



Imagem 7: Hierarquia viária local. (nível 1 - vermelho; nível 2 - laranja; nível 3 - verde)

A rede ciclável prevista para este local corresponde ao contemplado na imagem, estando alguns troços da mesma já executados ou em fase de execução.



Imagem 8: Rede ciclável prevista para o local.

Topografia e vistas

A área de intervenção do projeto apresenta uma variação topográfica, acentuada no limite norte com uma variação aproximada de 7m, e mais suave no limite sul.

O pinhal existente, onde não haverá construção, corresponde ao ponto mais elevado da área de intervenção.

Num contexto mais abrangente, a aproximação sul a partir da Avenida Infante Dom Henrique é composta por um declive acentuado subindo ao longo da Avenida Álvares Cabral, que é suavizado na curva desta avenida, no encontro com a área atualmente pertencente à escola.

A atual área construída corresponde a uma plataforma aproximadamente plana, com um declive muito ligeiro no sentido poente-nascente, que também se verifica ao longo do sentido longitudinal do pinhal existente.

No que diz respeito a vistas, o pinhal existente é o elemento principal de referência.



Imagem 9: Vista da área de intervenção a partir de norte/nascente.



Imagem 10: Vista da área de intervenção a partir de norte/nascente.



Imagem 11: Vista de aproximação sul pela Avenida Álvares Cabral.

4. OBJETIVOS

Os principais objetivos para a elaboração do projeto, para além de desempenhar as suas funções específicas, são:

4.1 Inovação e identidade arquitetónica

Propor uma linguagem arquitetónica que interligue o carácter do lugar com uma visão contemporânea da aprendizagem:

- Criar uma identidade arquitetónica inovadora que reforce a memória da centralidade deste lugar, através da conceção de um edifício vocacionado para um forte sentido público, ancorado na presença do pinhal existente e projetado para uma forte presença urbana;
- Propor espacialidades e ambientes para o que podem ser espaços de aprendizagem no século XXI, potenciando igualmente modalidades de aprendizagem ao longo da vida, em contextos e projetos de educação formal e não formal.

4.2 Integração na envolvente

Integrar um equipamento de educação de proximidade ao serviço da área envolvente urbana, qualificando vistas, percursos de diferentes escalas e zonas de permanência no espaço público:

- Potenciar o sentido público deste edifício, através de uma presença urbana qualificada e de uma relação franca do edifício com as vistas de aproximação ao lugar;
- Relacionar percursos pedonais existentes e também propostos com toda a envolvente (considerar futuras intervenções em proximidade);
- Contribuir para um equilíbrio entre as diferentes escalas das construções envolventes;
- Maximizar a relação do novo edifício com o pinhal adjacente à área de intervenção, tirando partido das vistas e da sua presença visual nos espaços interiores do edifício, bem como possíveis áreas de permanência no exterior;
- Maximizar o aproveitamento e manutenção das pré-existências arbóreas presentes em toda a área de intervenção (minimizar abates de árvores), especialmente no atual parque de estacionamento a nascente.

4.3 Adequabilidade ao programa funcional

Definir uma solução com resposta eficiente ao programa preliminar, com clareza e funcionalidade na articulação dos vários espaços, interiores e exteriores:

- Definição clara da hierarquização e articulação de espaços públicos, semipúblicos e privados dentro do edifício;

- Racionalização dos espaços de circulação no interior do edifício;
- Eficiente divisão de percursos para acesso dos vários utilizadores, sem perder o sentido de integração que se pretende;
- Boa articulação do projeto em duas fases de construção consecutivas, com autonomia funcional da primeira fase de construção;
- Capacidade de flexibilidade dos espaços de permanência (ex: salas de aula, gabinetes) durante o horizonte de vida do edifício (por exemplo através de soluções racionalizadas de traçados de infraestruturas e sistemas construtivos de compartimentação interior que comportem com facilidade variações espaciais);
- Possibilidade de incluir espaços escolares também vocacionados para a comunidade (auditório, biblioteca, artes performativas, artes visuais, desporto, recreio) em períodos específicos, sem perda do sentido escolar durante o funcionamento regular.

4.4 Exequibilidade técnica e sustentabilidade da proposta

Aplicar soluções construtivas e técnicas que apresentem boa exequibilidade e execução eficiente dentro dos prazos definidos, bem como uma relação vantajosa entre o custo da intervenção e as soluções de eficiência energética e sustentabilidade propostas:

- Incorporar estratégias de sustentabilidade, de modo a reforçar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável do concelho;
- Capacidade de obter certificação de sustentabilidade através de sistemas reconhecidos internacionalmente (âmbitos: projeto, construção e manutenção);
- Aplicar soluções ligadas à sustentabilidade, passíveis de ser mensuradas em sistemas de certificação de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente, compatíveis com os objetivos gerais de projeto;
- Utilizar estratégias passivas de conforto ambiental reduzindo gastos energéticos e garantindo a certificação energética Classe A para o(s) edifício(s);
- Privilegiar um sistema construtivo composto por materiais locais, de reduzida pegada ambiental e um ciclo de vida com durabilidade e manutenção eficientes;
- Aplicar soluções de uso eficiente de água, tais como a reutilização, aproveitamento de águas pluviais e outras boas práticas;
- Aproveitamento de luz e ventilação natural;
- Minimizar a sobreposição entre a implantação do novo edifício e a implantação atual do corpo edificado da escola, de modo a privilegiar a continuidade do funcionamento escolar ao longo da obra;
- Otimização e eficiência do projeto em função do limite orçamental definido.

5. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Este capítulo reúne orientações ao projeto de caráter conceptual.

O projeto deverá basear-se e 3 conceitos fundamentais:

SIMPLICIDADE
FLEXIBILIDADE
FUNCIONALIDADE

As condições físicas influenciam e condicionam comportamentos e, por este motivo, devem ser exaustivamente refletidas e projetadas no sentido da otimização da aprendizagem ao longo da vida e de qualidade para todos, perspetivando a inclusão, a adaptabilidade e o sucesso.

A nova escola deve assegurar a eficácia física e funcional do edificado, garantindo em cada momento a capacidade de adequação ao projeto educativo específico, promovendo:

- Espaços atrativos, capazes de proporcionar bem-estar e de garantir boas condições físico-construtivas para uma aprendizagem dinâmica;
- Espaços flexíveis, capazes de se adaptarem de forma célere, imediata e a custos mínimos, à evolução dos currículos, das solicitações do tempo e das comunidades e das tecnologias;
- Espaços multifuncionais, capazes de possibilitar uma utilização diversificada e alargada à comunidade;
- Espaços seguros, acessíveis e inclusivos onde todos os cidadãos acedam com facilidade, independentemente de mobilidade condicionada ou de necessidades educativas especiais;
- Soluções espaciais, construtivas e ambientais duradouras, que garantam o baixo custo de gestão e manutenção e aumentem o ciclo de vida das construções.

Modelo conceptual

O modelo concetual resulta da materialização deste conceito que define a escola como um espaço de incentivo à aprendizagem, associado às características e condicionantes do espaço disponível e da envolvente, e ainda, à necessidade de assegurar outras condições como:

- Implementação de um modelo sustentável que permita uma gestão mais eficiente dos recursos económicos, sociais e ambientais;
- Possibilidade de abertura de alguns setores à comunidade exterior;
- Construção, autónoma ou com a comunidade, de contextos de educação formal e não formal, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, perspetivando a existência de ambientes adequados e organizados para responder aos grupos que manifestem a sua vontade pessoal de alargar o seu repertório de competências pessoais, sociais e emocionais, correspondentes às exigências contemporâneas da sociedade e mercado de trabalho.

Níveis de hierarquização funcional

Este modelo está organizado em três níveis de hierarquização (correspondentes às condições de acesso permitidas à comunidade escolar) que agregam em si áreas funcionais interligadas através de um sistema vivencial da escola/aprendizagem dinâmica (áreas de circulação e estadia), que contribui para o desenvolvimento de atividades de ensino informal e para a implementação de uma cultura de aprendizagem no espaço escolar.

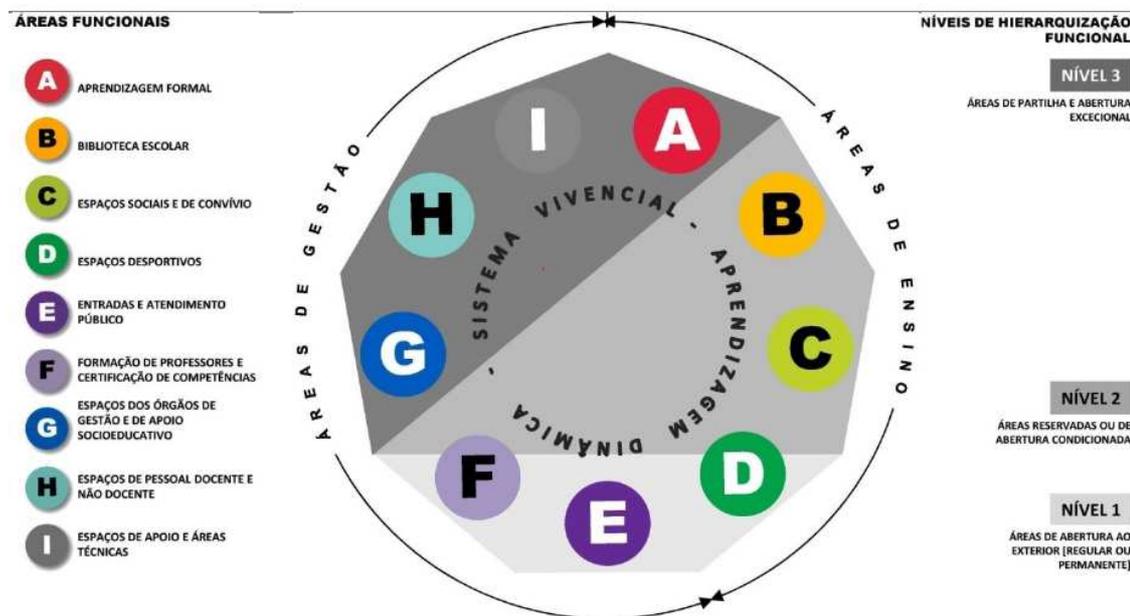


Imagem 12: Diagrama de organização entre as áreas funcionais.

NÍVEIS	UTILIZAÇÃO	ESPAÇOS	CONDIÇÕES
NÍVEL 1	Associa as áreas funcionais com possibilidade de utilização pela comunidade não exclusivamente escolar.	<u>ESPAÇOS D</u> espaços desportivos <u>ESPAÇOS E</u> entradas e atendimento geral <u>ESPAÇOS F</u> espaços de formação de professores e de certificação de competências	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso direto a partir do exterior • Condições de funcionamento no período pós-letivo ou com os restantes núcleos inativos • Condições de acesso exclusivo sem pôr em causa a segurança dos restantes espaços e núcleos
NÍVEL 2	Associa as áreas funcionais essencialmente afetas à comunidade escolar (alunos, pessoal docente e não docente), constituindo-se como uma área dinâmica não letiva	<u>ESPAÇOS B</u> biblioteca escolar <u>ESPAÇOS C</u> espaços sociais e de convívio	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso facilitado a partir do exterior • Localização em pontos centrais no sistema vivencial da escola • Organização das principais atividades de dinâmica estudantil • Articulação entre os núcleos de aprendizagem formal específicos
NÍVEL 3	Associa as áreas funcionais afetas à comunidade escolar (alunos, pessoal docente e não docente)	<u>ESPAÇOS A</u> espaços de aprendizagem formal <u>ESPAÇOS G</u> espaços de órgãos de gestão e de apoio socioeducativo <u>ESPAÇOS H</u> espaços de pessoal docente e de pessoal não docente <u>ESPAÇOS I</u> espaços de apoio e áreas técnicas	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso controlado ou restrito • Articulação em núcleos

Imagem 13: Condições gerais dos níveis de hierarquização funcional.

CONDIÇÕES FÍSICAS	CONDIÇÕES FUNCIONAIS
Garantir o prolongamento natural dos espaços interiores para o exterior.	Valorizar a confluência de percursos.
Disponer de boa iluminação natural.	Garantir boas condições de relação visual, potenciando a vigilância natural.
Garantir mobiliário adequado a: <ul style="list-style-type: none"> • estudo informal; • reunião; • exibição de conteúdos didáticos e acervos museológicos, de âmbito temporário ou permanente. 	Permitir visibilidade entre as circulações, as áreas de ensino e o exterior.
Garantir as instalações técnicas que permitam a utilização de diversos suportes tecnológicos, flexibilizando a função e o uso dos espaços.	Permitir visibilidade em altura, quando organizada em diferentes níveis.

Imagem 14: Condições físicas e funcionais dos espaços

6. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

Este capítulo reúne orientações ao projeto de caráter específico.

6.1 UTILIZAÇÃO PREVISTA

A nova construção da Escola Básica e Secundária de Cascais irá substituir integralmente o edifício atual (que será demolido) da “Escola Secundária de Cascais” e receber os alunos da “Escola Básica de Cascais” (2º/3º ciclo), agrupando os dois equipamentos num só espaço.

De acordo com as orientações da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação, a nova Escola terá como orientação programática a tipologia de 44 turmas no total, num regime normal de 36 horas semanais, para receber alunos do 2º, 3º ciclo e ensino secundário. Prevê-se no regime normal, como número médio de alunos 1.100 alunos (25 * 44 turmas), sendo a capacidade máxima 1.320 alunos (30 * 44 turmas).

Deverá ainda manter-se a oferta de ensino recorrente noturno.

6.2 PROGRAMA FUNCIONAL

O Programa Funcional é organizado, de acordo com a sua qualidade e função, nos seguintes grupos de espaços:

A	APRENDIZAGEM FORMAL
B	BIBLIOTECA
C	AUDITÓRIO / ARTES PERFORMATIVAS
D	NÚCLEO DESPORTIVO E ESPAÇO DE APOIO
E	NÚCLEO DO ALUNO E ESPAÇO DE APOIO
F	ENTRADAS E ATENDIMENTO PÚBLICO
G	ESPAÇO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E APOIO SOCIOEDUCATIVO
H	ESPAÇOS DE PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE
I	ESPAÇO DE APOIO E ÁREAS TÉCNICAS

[ver Anexo 5: Programa Funcional \(fases I e II\) \(.pdf\)](#)

6.3 ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO

A solução global de implantação da escola deverá ter em conta todos os acessos e percursos públicos presentes nas áreas confinantes com a área de intervenção.

Dentro da área de intervenção, o limite físico proposto para a escola poderá ser complementado com áreas de espaço público que façam sentido na estratégia de projeto.

6.3.1 Obra em duas fases

O projeto deverá ser articulado de modo a viabilizar duas fases de construção distintas, de acordo com o estabelecido no Anexo 5 - Programa Funcional, e de modo a garantir simultaneamente:

- . autonomia funcional e formal da primeira fase de construção (fase I);
- . sentido global e coerência do projeto após a construção da segunda fase (fase II).

6.3.2 Transição direta entre instalações existentes e futuras

A solução de implantação a adotar para a nova construção deverá ter em conta a possibilidade de transição direta dos alunos das instalações existentes para as futuras, sem necessidade de recorrer a mais instalações provisórias. Esta condição é obrigatória na fase I e preferencial na fase II.

Consequentemente, pretende-se minimizar a sobreposição entre a implantação da nova construção e a implantação do corpo edificado atual, de modo a privilegiar a continuidade do funcionamento da escola ao longo da obra.

6.3.3 Espaços existentes que poderão integrar demolições prévias à construção da fase I

Apesar das condições indicadas no n.º anterior, a nova construção poderá sobrepor-se a alguns espaços existentes.

Estes espaços correspondem a salas ou áreas da escola considerados não essenciais ao presente funcionamento escolar e que poderão integrar demolições prévias à primeira fase de construção.

Estão indicados no Anexo 9 – Planta de espaços escolares existentes que poderão integrar demolições prévias à construção da fase I.

6.3.4 Demolição das instalações atuais e espaço livre polivalente

A demolição da escola atual (considerando apenas os espaços existentes essenciais ao seu funcionamento) acontecerá na sua globalidade posteriormente à conclusão da nova construção (obrigatoriamente fase 1; preferencialmente fase 2), prevendo-se assim, a inclusão futura de um espaço livre não edificado na área atualmente construída.

Este espaço livre não edificado (resultante da demolição, após construção da fase 1) irá complementar a presença do pinhal e terá uma utilização polivalente e multifuncional que tire o maior partido da área disponível. Por exemplo: poderá funcionar como espaço aberto e de recreio da escola durante o período escolar e, alternativamente, como espaço público para a comunidade em ocasiões específicas ou férias de verão.

6.3.5 Espaço *non-aedificandi* dentro da área de intervenção

A implantação da nova construção deverá atender à presença de um coletor das Águas do Tejo Atlântico, que define uma área de não-construção – ver Anexo 8.1 e 8.2 – Regulamento PDM Cascais - Condicionantes Qualificação e Infraestruturas.

6.3.6 Futuras intervenções em proximidade

A área envolvente em proximidade - o quarteirão da antiga Praça de Touros de Cascais, que confronta a norte com a área de intervenção do projeto – está atualmente em construção.

Estão previstos dois novos edifícios com um programa maioritariamente residencial - tipologia em banda e uma imagem contemporânea. Está previsto estacionamento em cave com uso público, áreas de comércio e serviços a norte/nascente do lote, também com acesso público.

ver Anexo 10: Planta de implantação de obras em curso em proximidade (.pdf)

6.3.7 Quiosque no espaço público

A solução de implantação deverá, na fase I ou fase II, prever uma localização para um quiosque e uma área livre em torno do mesmo com cerca de 40m².

Poderá ser mantida a localização do atual quiosque existente junto à Av. Pedro Álvares Cabral ou ser proposta uma nova localização compatível com o projeto a implementar.

6.4 NOTAS PARA A SOLUÇÃO DE ARQUITETURA

O programa funcional da nova escola poderá estar distribuído em mais do que um edifício considerando a possibilidade de isolar o **Núcleo Desportivo e de Apoio (D)** das demais áreas, ou ainda também o grupo **Auditório / Artes Performativas (C)**.

O grupo **Biblioteca (B)** e os **Núcleos de Artes Visuais (A.4)** e de **Tecnologia de Informação e Comunicação (A.5)**, que integram o grupo de **Aprendizagem Formal (A)**, devem ainda estar localizados em proximidade ao grupo **Auditório / Artes Performativas (C)**.

Contudo, deverá em todo o caso ser mantido o sentido de unidade e de conjunto (se possível com ligações cobertas) e a respetiva articulação com o espaço público.

6.4.1 Acessos

As 3 funções **Biblioteca (B)**, **Auditório / Artes Performativas (C)** e **Núcleo Desportivo e de Apoio (D)** exigem acessos públicos autónomos e preferencialmente desencontrados.

Na conceção do **Átrio principal** do edifício escolar, deve considerar-se como um espaço de conceção e tratamento formal e visual específico, com interligação à área de **Serviços de Administração Escolar (F.3) / Espaços de Gestão (G)** e **Aprendizagem Formal (A)**.

Esta ligação é preferencial, relativamente ao núcleo de **Biblioteca (B) / Auditório (C)**.

6.4.2 Pisos

O programa funcional pode ser organizado em pisos sobrepostos (no máximo de três) e poderão ter acessos desnivelados entre si.

Os programas funcionais **Biblioteca (B)**, **Auditório / Artes Performativas (C)** e **Núcleo Desportivo e de Apoio (D)** deverão necessariamente estar dispostos em piso térreo; relativamente ao **Núcleo de Aluno e Espaços de Apoio (E)**, o acesso térreo é preferencial.

6.4.3 Ginásio + Artes + Auditório Polivalente

Na solução do Núcleo Desportivo Coberto, o Pavilhão Desportivo e o Ginásio, devem comunicar entre si, sendo separadas por estrutura amovível e insonorizada, por forma a transformar a Ginásio em palco, (por isso numa cota superior), e o Pavilhão em plateia, para eventos escolares

ou extra-escolares. Devem ser ainda previstas no Pavilhão, bancadas recolhíveis, por forma a manter o máximo uso da área útil disponível durante os períodos escolares.

6.4.3 Espaços interiores

As instalações devem respeitar as normas que regulam os espaços onde funcionam atividades educativas, e permitir boas condições de iluminação, insonorização e climatização.

Os espaços educativos e de trabalho, em particular expostos a sul, devem prever estratégias de sombreamento de modo a assegurar a boa climatização, sem pôr em causa a utilização da iluminação natural.

Deverão ser utilizados materiais que reduzam a propagação sonora e evitar grandes superfícies que ampliem o ruído nos espaços de circulação, estadia e lazer.

Deve ser privilegiada a ventilação natural e transversal das salas de aula, evitando recorrer a meios mecânicos em situações normais.

Prever a instalação de meios de produção de energia elétrica pelo menos equivalente ao consumo diário em iluminação.

6.4.4 Espaços interiores e exteriores (descobertos e cobertos) de estadia e circulação

Sempre que possível devem proporcionar-se espaços de trabalho informal, individual ou pequenos grupos, com materiais ajustados às idades dos utentes.

Da mesma forma, na área de logradouro (espaços exteriores) devem existir espaços de sombreamento (pérgulas com cobertura natural e ou artificial) para estadia de lazer ou trabalho de lazer em pequenos grupos.

A circulação entre os diversos edifícios, caso exista mais que um corpo, deve ter pelo menos uma cobertura.

6.4.5 Espaços destinados a atividades educativas

Os espaços dedicados às atividades educativas devem ter em consideração que as novas estratégias educativas privilegiam as metodologias de trabalho colaborativo e de grupo - em detrimento da sala de aula tradicional, assente no trabalho expositivo e individual - devendo por isso prever-se:

- Flexibilidade das salas de aprendizagem formal, sempre que possível introdução de divisórias amovíveis, que permitam diversas opções de dimensão e forma da sala, circulação interior entre as salas e acesso visual desde o espaço de circulação;
- Insonorização ou conforto acústico em consideração com as estratégias educativas que apelam mais à participação individual e em grupo, naturalmente mais ruidosas;
- Funcionalidade dos espaços e equipamentos;
- Simplicidade nas soluções construtivas e arquitetónicas;
- Elevada robustez e baixa necessidade de manutenção dos materiais;
- Conforto acústico (prioritário nos espaços de aprendizagem);
- Conforto térmico (sistemas naturais e passivos);
- Infraestruturas que permitam o uso das tecnologias digitais associadas à Educação;
- Infraestrutura de rede WiFi, acessível em todo(s) o(s) edifício(s) e no logradouro/recreio.

6.4.6 Equipamento e mobiliário

Devem ser previstos cacifos individuais para os alunos nas zonas de circulação junto às salas de aula.

O nº de cacifos a considerar será aproximadamente metade da capacidade máxima de alunos prevista (nº de referência: 650 cacifos individuais / dimensões referência 1 cacifo: 30cm largura x 45cm altura x 50cm profundidade). Este equipamento deverá apresentar elevada resistência, durabilidade e baixa manutenção.

O mobiliário e equipamento dos espaços educativos devem conjugar sempre que possível as características de mobilidade, flexibilidade, robustez, conforto, e sustentabilidade, e que possibilitem a utilização das novas tecnologias digitais associadas à Educação.

6.4.7 Espaços exteriores e logradouro / recreio

Prever a existência de vários espaços exteriores com identidades distintas que permitam utilizações autónomas e simultâneas por grupos de estudantes, de acordo com as suas afinidades. Deverá ser prevista ainda, tanto quanto possível, relação com o pinhal existente e / ou elementos de composição do espaço naturais e sensoriais.

Na conceção dos espaços e arranjos exteriores exteriores, será valorizada a manutenção do maior nº de árvores existentes possível, bem como o aproveitamento de infraestruturas de iluminação pública sempre que possível, sem prejuízo da compatibilidade dos mesmos com a solução de projeto.

6.4.8 Estacionamento polivalente

O projeto deverá cumprir o nº de lugares estabelecido no PDM.

Contudo, a solução para a área de estacionamento organizado à superfície, deverá ser maioritariamente formalizada no projeto enquanto espaço exterior de estadia qualificado - público ou de recreio. A plena capacidade de estacionamento automóvel deste espaço (ou espaços distribuídos) será utilizada de forma esporádica, em ocasiões de maior afluxo escolar que o justifiquem.

Assim, deverá ser previsto um espaço dedicado a estacionamento com carácter permanente, contemplando apenas parte do número total de lugares a cumprir.

O desenho e materiais a considerar neste tipo de espaços deverão ser compatíveis com ambas as utilizações previstas.

6.4.9 Pinhal existente e espaços verdes a considerar

O pinhal existente será mantido e recuperado.

Pretende-se que o mesmo seja dignificado enquanto espaço de atividades de lazer e que a sua presença urbana seja potenciada, bem como a sua relação com a escola.

Sendo certo que a implantação da nova construção poderá interferir com algumas árvores existentes (excluindo desta situação o pinhal, que será mantido), será valorizada a manutenção do maior nº de árvores possível e a sua boa integração nos novos contextos a propor.

A presença de espaços verdes, dentro e fora do recinto escolar, deverá ser potenciada, tanto no sentido de fruição lúdica como didática. Exemplos: espaços arborizados, pomares, jardins produtivos, hortas.

Deverão, sempre que possível e que faça sentido na estratégia de projeto, ser propostos espaços com boas condições de permeabilidade do solo e soluções naturais de infiltração da água.

Nota: Na definição destas especificações técnicas, foi seguido o manual “Especificações Técnicas de Arquitetura para Projeto do Edifício Escolar”, Versão 2.2; fevereiro 2017.

ver Anexo 5.1 - Especificações Técnicas de Arquitetura para Projeto do Edifício Escolar

7. CONDICIONANTES

No desenvolvimento da proposta deverão ser consideradas pelos concorrentes as seguintes condicionantes:

- Transição das instalações escolares atuais para as futuras sem recurso a soluções intermédias;
- Viabilidade de obra em duas fases, incluindo autonomia funcional da primeira fase de construção, bem como o sentido global e coerência do projeto após a construção da segunda fase;
- Cumprimento das áreas classificadas como 'não-construção' (condicionantes PDM);
- Manutenção do maior nº possível de árvores existentes, em equilíbrio direto com a coerência da solução de projeto;
- Qualificação de acessos, pedonais e viários, integrados na área de intervenção, equacionando a necessidade da sua intervenção e/ou alteração por forma a proceder a uma valorização urbanística da zona;
- Proposta de relações de proximidade entre escola e comunidade;
- Proposta de soluções de sustentabilidade mensuráveis;
- Adequação da solução projetada ao limite máximo da estimativa de custos total da obra.

8. CUSTO DE OBRA

As propostas apresentadas deverão adaptar-se às contingências económicas atuais, procurando aliar soluções de criatividade a soluções de custo racionalizado.

O valor máximo estimado para o custo global da intervenção, incluindo edifício e espaços exteriores, é de 11.400.000,00 € (onze milhões e quatrocentos mil euros) excluindo o valor do IVA.

9. ANEXOS AO PROGRAMA PRELIMINAR

O presente documento é composto pelos seguintes anexos:

Anexo 1: Levantamento Topográfico com delimitação da área de intervenção (.dwg)

Anexo 1.1: Levantamento Topográfico (.ifc)

Anexo 2: Cartografia genérica para apoio gráfico à implantação (.dwg)

Anexo 3: Levantamento fotográfico (.jpg)

Anexo 4: Levantamento fotográfico - Localização (.pdf)

Anexo 5: Programa funcional – Fases I e II (.pdf)

Anexo 5.1: Especificações técnicas de arquitetura para projeto do edifício escolar (.pdf)

Anexo 6: Ortofotomapa (.jpg)

Anexo 7: RUEM Cascais (.pdf)

Anexo 8: Regulamento P.D.M. Cascais (.pdf)

Anexo 8.1: Regulamento P.D.M. Cascais - Condicionantes 'Qualificação e Infraestruturas' (.pdf)

Anexo 8.2: Regulamento P.D.M. Cascais - Condicionantes 'Qualificação e Infraestruturas' (.dwg)

Anexo 9: Planta de espaços existentes dentro da área de intervenção que poderão integrar demolições prévias à construção da fase I (.dwg)

Anexo 10: Planta de implantação de obras em curso em proximidade (.pdf)